

# A CIDADE, O URBANO E O RIO NA AMAZÔNIA

Marcos Castro de LIMA\*

*Universidade Federal do Amazonas*

## Resumo

Este artigo se propõe a uma abordagem sobre a cidade e o urbano na Amazônia, especialmente, mas não somente enfatizando o significado de ambos no processo de produção do espaço na parte ocidental dessa região. Para tal, utiliza-se de recortes temporais no sentido de melhor compreender o desenrolar do processo do desenvolvimento da cidade e do urbano, enquanto fator acumulativo de tempos sobrepostos no espaço, resultando sempre numa nova maneira de apreender a realidade socioespacial e temporal do significado que esses dois termos ganham nos vários contextos sociais, políticos, econômicos e espaciais em que a Amazônia esteve inserida até o presente momento, ou seja, início do século 21.

**Palavras-chave:** cidade, urbano, Amazônia.

## Abstract

This article proposes an approach about the city and the urban area in Amazônia, specially, but not only emphasising both meaning in the production process of space in the occidental side of this region. So that, is used temporal clippings in sense to understand better the movement of the city and urban development process, while a cumulative factor of times superposed in the space, always resulting a new way of learning the reality socio-spacial and temporal of the meaning that this two terms earn in several social contexts, politicals, economicals and spacial in wich Amazônia was inserted until now, or, in the beginning of 21<sup>st</sup>. century.

**Key words:** city, urban, Amazônia.

*Cidade*

*Nos becos, nas pontes, na madeira aglomerada.*

*A vida persiste, no recôndito possível.*

*O espaço é construído, na lógica almejada.*

*Engenharia do dia a dia, empírica.*

*Geografia singular, incorporada à revelia.*

*Vidas vividas, vidas na sobrevida.*

*Sonhos, esperanças, ainda que difíceis.*

*Circulação longa, partindo do arrabalde.*

*Ninguém ouve, reclamação de balde.*

*Assim se vive, assim poderia não se viver.*

*(Marcos Castro, Poesia de Manaus, 2005)*

## Introdução

Compreender a cidade e o urbano requer uma análise sobre cada uma dessas categorias. A cidade, enquanto produto de um processo histórico-espacial possui suas raízes vinculadas a fatores de ordem sociocultural e geográfico, pois os homens passaram às primeiras aglomerações no contexto das práticas cerimoniais relacionadas aos rituais

ligados aos mortos e, posteriormente, num contexto onde a prática da agricultura e da domesticação de animais, aliados à lógica de uma boa localização – rios, lagos, etc, - determinaram o aparecimento dos primeiros aglomerados humanos, as aldeias, que posteriormente viriam a ser cidades.

Podemos afirmar, baseados em Munford (1965) que as primeiras cidades tenham

aparecido há cerca de 5.500 A.P., o mesmo não pode se aplicar ao urbano, pois este é o resultado de um processo bem mais recente, ou seja, da industrialização e da conseqüente urbanização, pelo menos do ponto de vista econômico. Lefebvre (1991) chama esse processo de “o assalto da cidade pela industrialização”, muito embora não se possa afirmar de forma determinista que o processo de industrialização tenha sido o único fator gerador do modo de vida predominante nas cidades.

O urbano, portanto, deve ser considerado enquanto produto de uma nova realidade na qual as cidades passaram a ser inseridas: a realidade do espaço citadino enquanto mercadoria, enquanto produto de conflitos desenvolvidos no processo de produção e reprodução das cidades. Por outro lado, esse urbano também é prenhe de realizações desenvolvidas no cotidiano, sendo, portanto, o resultado de processos macros, no caso da industrialização, e micros, como as formas de apreender a cidade a partir da vida cotidiana.

A cidade, portanto, é o concreto, o visível por meio das estruturas. O urbano é o subjetivo, visível apenas por meio das práticas típicas da cidade, ou de áreas a ela diretamente ligadas. É neste sentido que trabalharemos a cidade e o urbano na Amazônia por meio deste artigo, tentando entender suas estruturas de existência, quais sejam particularidades e generalidades.

### *As cidades amazônicas e os rios*

Pode-se afirmar com certa segurança que o padrão espacial das cidades amazônicas, especialmente as da Amazônia Ocidental, é dendrítico<sup>1</sup>, onde os rios representam a possibilidade do ir e vir, dando conexão entre

essas cidades e o mundo. Contudo, não se pode generalizar tal abordagem de padrão, pois em parte dessa Amazônia as cidades são conectadas por meio das estradas, tendo nesses elementos geográficos sua principal conexão com outros lugares, como ocorre com cidades de Rondônia e Roraima.

Ainda que várias cidades do oeste amazônico, sobretudo no Amazonas, possuam aeroportos, são os barcos os principais promotores da circulação entre uma e outra. Mesmo que não se possa negar o fato de que as cidades na Amazônia estejam inseridas no contexto do global, pelos meios de comunicação – internet, televisão e rádio principalmente – os barcos regionais ainda se constituem em elementos que trazem ou levam alguma coisa a um lugar qualquer, geralmente, ainda que não somente, convergindo para Manaus.

A constituição das cidades na Amazônia, no início do século 17, com fortes e missões religiosas, que posteriormente se tornaram vilas, marca o padrão de ocupação do europeu cristão, tentando impor seu domínio sobre o espaço e sobre o pensar e agir dos povos que aqui já habitavam. Vale ressaltar que ao se falar em ocupação da Amazônia deve-se sempre relativizar sob que ponto de vista se constrói essa abordagem. Neste caso, estamos considerando a ocupação que possibilitou a existência de cidades na Amazônia, portanto, do ponto de vista da ocupação dos colonizadores portugueses.

Contudo, não pretendemos fazer um histórico do surgimento das cidades amazônicas de forma linear, mas tentar articular sua importância enquanto detentoras do urbano, visto que recorrer ao historicismo nos põe no risco das generalizações,

que podem reduzir ao homogêneo a análise pretendida.

a) *A cidade na Amazônia antes do boom da borracha*

Um importante retrato das cidades amazônicas no período anterior à fase de exportação mais significativa da borracha pode ser fornecido pelo livro “*Viagem ao Brasil – 1865-1866*” de Louis e Elisabeth Agassiz. Durante a estada desse casal na Amazônia, em fins de 1865, foram feitas importantes observações do cotidiano amazônico, incluindo-se aí o cotidiano das cidades, que à época não passavam de pequenos aglomerados humanos.

As cidades visitadas pelo casal Agassiz, desde Belém até Manaus, possuíam uma mescla de elementos constituintes de seu espaço nos aspectos que dizem respeito à formação de seu espaço. De um lado estavam as “cabanas de palha”<sup>2</sup> como parte integrante das pequenas vilas amazônicas parecendo querer mostrar a herança dos povos indígenas da região na composição do espaço urbano da época. De outro, podiam ser encontradas construções que atestavam os poderes civil e religioso do colonizador, traduzindo o nítido conflito entre duas espacialidades, sendo que uma tentava se manter frente a outra que tentava se impor enquanto hegemonia.

O significado das cidades da Amazônia anterior ao *boom* da borracha<sup>3</sup> parece confundir-se com a própria natureza circundante, pois mesmo em Manaus, a capital da Província do Amazonas, os Agassiz descrevem uma paisagem bucólica, onde os elementos naturais compõem e complementam o “Palácio” do Presidente da Província, que na verdade não passava de uma

“pequena casa, modesta demais para carregar tão pomposo título”<sup>4</sup>.

Outro componente importante nas cidades amazônicas, anteriores ao período de grande exportação da borracha diz respeito à composição de sua população. Esta se compunha basicamente de elementos indígenas ou mestiços de índios com brancos, vivendo um cotidiano que traduzia os aspectos culturais e espaciais desses dois elementos, configuração bastante diferente daquela estabelecida posteriormente, quando ocorreram as migrações de nordestinos com a finalidade de trabalhar na extração do látex, quando é agregada ao amazônica a cultura formada no nordeste.

Deve-se também conceber as cidades na Amazônia, mui especialmente na parte ocidental, como produto de uma estratégia de ocupação do espaço dessa região pelos portugueses, pois:

“A criação do que viriam a ser depois as primeiras cidades desta parte da Amazônia não ocorreu de forma autônoma ou dissociada, tampouco diferente do restante da região. O que ocorreu nesta parte da Amazônia de certo modo ocorreu em toda região e representou as determinações de Portugal enquanto estratégia de ampliação de novos mercados para os países europeus” (OLIVEIRA, 2000, p.192).

Neste sentido, o estabelecimento de fortes, posteriormente povoados e vilas, nos revelam que a ocupação e as cidades amazônicas não ocorreram aleatoriamente, o que pode ser confirmado com as observações

dos Agassiz no sentido de que as pequenas cidades visitadas nos anos de 1860, um período anterior ao *boom* da extração da borracha, possuíam atividades econômicas, além de estarem estrategicamente localizadas nas margens dos rios, confirmando a estratégia de ocupação do espaço no tempo da colonização lusitana.

Durante os anos de 1850 em diante,

“vários acontecimentos contribuíram para a modificação da paisagem da região e determinaram, em linhas gerais, o arcabouço que viria a ser a malha urbana do Amazonas”<sup>4</sup>.

Ora, esses acontecimentos, dentre os quais podemos citar a introdução da navegação a vapor, que daria maior dinâmica à circulação fluvial, e a exploração do látex enquanto atividade econômica relevante ao mercado externo deu configuração à rede urbana na Amazônia Ocidental.

Em linhas gerais, podemos considerar a cidade na Amazônia anterior ao período de grande exportação da borracha enquanto *locus* de um cotidiano onde o tempo parecia passar mais lento o que não significa dizer carente de dinâmica e movimento, visto que a constituição do espaço urbano na Amazônia como um todo e na Amazônia Ocidental em particular, visava sua inserção no contexto do capital internacional, o que pressupõe a dinâmica, sobretudo no âmbito da produção e do circular.

#### *b) No período gumífero: de costas para o rio*

Na fase de maior exportação da borracha, consolidaram-se as estratégias de domínio do espaço amazônico visando atender às

necessidades do estabelecimento de uma nova geografia para atender às expectativas do capital, pois:

"No ano de 1892, se consolidou a base as divisão municipal do Estado e estabeleceram-se os critérios para a criação de novos municípios, sendo determinada a estrutura do poder municipal e da nova divisão do Estado do Amazonas. A divisão municipal criada e estruturada nesta época serviu de base para a existente hoje que de maneira geral é apenas uma derivação daquela" (OLIVEIRA, 2000, p. 199).

Neste contexto, podemos afirmar que a estratégia de constituição da divisão municipal, bem como da criação de novos municípios no período de maior exportação da borracha, tinha em seu bojo a estratégia de estabelecimento de uma malha urbana capaz de garantir o escoamento da produção gumífera. Assim sendo, salienta-se a importância estratégica das cidades amazônicas à época enquanto pontos onde o cotidiano parecia ser mudado, onde se tentava impor a lógica da produção, do racional, do tempo essencialmente ecológico e cíclico frente ao tempo acíclico da produção, como se a Amazônia, mui especialmente as cidades, pudessem ficar mergulhadas na utopia do novo que tentava se estabelecer enquanto predominância. Mas de acordo com Lefebvre, podemos afirmar que:

"A utopia apega-se a múltiplas realidades, mais ou menos longínquas, mais ou menos conhecidas, desconhecidas, mas conhecidas. Não se

apega mais à vida real cotidiana. Não nasce mais nas ausências e lacunas que escavam cruelmente a realidade circundante. O olhar se desvia, deixa o horizonte, perde-se nas nuvens, alhures. Tamanho é o poder que a ideologia tem de desviar, no exato instante em que não se crê mais na ideologia, mas sim no realismo e no racionalismo” (1991, p.122).

Nas cidades amazônicas, não em todas, mas em boa parte, principalmente em Manaus, o período da borracha alterou o cotidiano, criando-se a ideologia de que a borracha seria infinita e sua exportação seria “progresso”. Mas para quem?

A atividade de extração em si ocorria nos seringais, portanto, fora das cidades, numa espacialidade resultante da necessidade de mapear, cortar e extrair o látex, por um lado, e da solidão de um cotidiano do não ter com quem falar, interagir, fazendo o seringueiro existir de fato, não enquanto ser biológico, mas enquanto ser ontológico.

Contudo, era nas cidades que se podia observar a concretização da ideologia do “novo”, na arquitetura, na indumentária, nos hábitos alimentares, tudo advindo junto com o escoar da seiva. Essa ideologia do novo engrandeceu Manaus com monumentos importados da Europa, tentava-se simular uma vida européia, um simulacro espacial que tentava negar a herança indígena e a natureza circundante. O rio, que trazia a memória do meio natural, tinha que ser esquecido e a nova cidade de Manaus, produzida a partir da necessidade de inserção no circuito do capital, foi se estabelecendo de costas para ele.

Os aspectos do local eram apagados, mas

não de todo, visto que resistiam. O espaço pretérito em Manaus mais que em qualquer outra cidade da Amazônia Ocidental travou significativo conflito com o espaço da ideologia do novo, do capital, estabelecendo uma nova forma de percepção e produção do urbano, de uma nova identidade com a cidade, o que não significa dizer que os aspectos anteriores tenham desaparecido, o que nos faz refletir no fato de que:

"A análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital, da realização da vida humana" (CARLOS, 2001, p. 12).

Portanto, as transformações advindas juntamente com a força da atividade econômica da borracha, não prescindiram dessa justaposição, desses momentos dos quais fala Ana Fani Alessandri Carlos, pois ainda hoje, nas cidades amazônicas e em Manaus por excelência, podem ser encontrados os traços pretéritos, fruto de um tempo e de uma realidade da produção do espaço urbano determinado pelo cortar do caule da *Hervea Brasiliensis*, marcando a importância das formas espaciais de tempos diferenciados, bastante comuns nas cidades amazônicas, obviamente considerando as diferenciações formadoras das peculiaridades de cada uma, seja aquelas formadas pelas estradas ou pelos rios.

Dessa forma, a antiga relação de complementaridade entre a cidade e o rio, no caso de Manaus o rio Negro, é deixada em

segundo plano, comportando apenas aquilo que permitisse a reprodução da circulação e das desigualdades. O rio deixa de ser a extensão da vida da cidade para ser apenas a possibilidade do ir e vir das riquezas geradas pela borracha. A contemplação da antiga cidade em relação ao rio, seu berço geográfico, cede à contemplação das embarcações que vinham dos seringais e para eles iam. O resultado dessa conjuntura de inserção ao

capital internacional foi uma cidade produzida de costas para o rio, conforme pode ser observado nas fotos 01 e 02, em que os objetos geográficos produzidos na capital amazonense, na área central e antiga, foram estabelecidos de costas ou perpendicularmente ao rio, como se ele tivesse que ser esquecido, visto que trazia a lembrança de uma herança pretérita, que se não podia ser apagada, pelo menos precisava ser olvidada.

**Figura 01 – Foto do centro antigo de Manaus construído de costas para o rio Negro**



Fonte: Acervo do autor/2007

**Figura 02 – Foto da área central e portuária de Manaus. Observa-se à direita a igreja matriz de Manaus, estabelecida de forma perpendicular ao rio Negro**



Fonte: Acervo do autor/2007

Conforme pode ser observado nas fotografias acima, o espaço produzido na área central de Manaus obedeceu a um padrão que tentava escondê-la do rio. Mesmo os edifícios, que começaram a se estabelecer na área central a partir da década de 1950, como expostos nas fotos acima, foram construídos de costas ou perpendicularmente ao rio Negro. A catedral Nossa Senhora da Conceição, ou igreja da Matriz como é conhecida em Manaus, construída no século 19, também já mostrava a tendência da negação do rio.

Contudo, o processo de negação do rio não ocorreu em todas as cidades da Amazônia Ocidental, pois especialmente naquelas do Amazonas, a relação com o rio foi e ainda continua sendo fundamental no processo de produção e reprodução do espaço, bem como de conexão com o mundo. Nas cidades menores, onde a temporalidade hegemônica chegou de forma menos impactante, o rio continua sendo o principal elo com outros lugares, parte indispensável da vida dos cidadãos.

### *c) As cidades da Amazônia contemporânea*

Compreender a cidade amazônica atualmente iguala-se ao processo complexo de entender a produção do espaço urbano, com todas as suas dimensões, resultando na complexidade da cidade contemporânea. Ao mesmo tempo em que tentamos desvendar pelo menos um dos aspectos que compõem a cidade, sentimos a sensação de pequenez diante dos tempos e dos espaços produzidos, justapostos e expostos na paisagem que se nos apresenta todos os dias.

Considerar as cidades na Amazônia ou em um lugar qualquer, como um todo homogêneo seria por demais ingênuo, quando

se sabe possuírem dinâmicas, espaços e tempos diferenciados. Há cidades que, pelo processo histórico de formação agregaram funções estratégicas nas esferas econômica, social, política e cultural, acabando por influenciar outras cidades. Neste sentido, o tempo é diferenciado dependendo da cidade onde se esteja.

Mas o tempo a que estamos nos referindo não é o “tempo universal, tempo despótico, instrumento de medida hegemônico que comanda o tempo dos outros”<sup>6</sup>, mas do tempo que resulta em ‘temporalidades hegemônicas e não-hegemônicas ou hegemônicas’<sup>7</sup>, existentes e expostas por meio do espaço.

Nas cidades amazônicas, as temporalidades hegemônicas, definidas por Milton Santos como “o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim”<sup>8</sup>, podem ser contempladas sobretudo em Manaus, onde se tem a impressão que o tempo passou mais rápido que em outras cidades da Amazônia Ocidental, exceto aquelas que se constituem em capitais estaduais como Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco, onde a temporalidade hegemônica também se apresenta, mas com especificidades que a diferenciam da capital do Amazonas. Em Manaus, podem ser encontrados tempos pretéritos e tempos atuais – que logo também serão pretéritos – coexistindo num mesmo espaço. Na verdade, existem marcas de vários tempos, ou “rugosidades” para tomar emprestado o termo utilizado por Milton Santos, justapostos, o que ressalta a importância do espaço produzido em cada um desses tempos, como depositário do passado, do hoje e do amanhã.

A partir da década de 1990, a relação da cidade de Manaus com o rio Negro muda

substancialmente, pois este agora passa a ser inserido num novo contexto, em que a paisagem ganha a dimensão do mercado. Construir e morar de frente para o rio se constitui hoje num importante fator de mercado e de amenidade. O espaço urbano de Manaus, com a valorização do rio, produz uma paisagem oposta àquela produzida em tempos pretéritos, conforme pode ser observado na figura 03, onde morar de frente para o rio Negro hoje é sinônimo de status.

Nas demais cidades amazônicas, especialmente as do Amazonas, a realidade dos tempos diferenciados pode ser observada, em maior ou menor grau, dependendo da dinâmica e das possibilidades vivenciadas por cada uma. Pode ser uma igreja, um prédio pertencente ao poder público, as ruínas de um porto ou de um forte, uma praça, enfim, qualquer objeto geográfico. Contudo, é no cotidiano que se pode perceber de maneira mais enfática o resultado das temporalidades hegemônicas e não-hegemônicas. Esse cotidiano sempre apressado de uma grande cidade amazônica parece passar mais lento nas pequenas cidades, onde o rural e o urbano podem até se confundir.

Na figura 04 pode ser observado um trecho da cidade de Coari, às margens do rio Amazonas, onde a relação com o rio sempre foi e continua sendo fundamental, seja no que concerne à ligação com o mundo, seja como extensão da vida cultural e econômica.

### *O urbano na Amazônia*

Henri Lefebvre define a cidade e o urbano fazendo distinção dessas duas importantes esferas, geralmente confundidas por quem considera a cidade como destituída de pessoas. Para ele, a cidade é “A realidade presente,

imediate, dado prático-sensível, arquitetônico” (1991, p. 49). Já o urbano é a “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (IDEM). Para esse filósofo, o urbano não prescinde da cidade ou vice-versa. Contudo, ele pode ir além da cidade, visto que é subjetivo, envolvendo costumes, podendo envolver também extensões imediatamente além da cidade.

No caso específico da Amazônia, o urbano ganha contornos distintos a partir do período da exportação da borracha, onde, na realidade de Manaus, tentou-se importar o modo de vida francês e inglês, na tentativa de se constituir aqui o urbano de lá. Mas a realidade arraigada na cultura constituída a partir do elemento indígena na Amazônia não pôde ser anuviada, por mais que se tenha tentado fazê-lo.

O urbano na Amazônia se constitui, portanto, num “híbrido” resultante de hábitos típicos das populações indígenas – por mais que isso seja desconhecido pela maioria dos amazônidas – e de hábitos trazidos pelo colonizador. Esse “urbano híbrido” deve ser relativizado, pois a realidade de cada cidade na Amazônia pode traduzir o urbano que se tem por lá.

Contudo, o urbano amazônico guarda a especificidade de possuir fragmentos de culturas e espaços pretéritos, que podem ser observados no cotidiano de uma grande cidade, ou mesmo de uma pequena. Seja na alimentação, na forma de se relacionar com os elementos naturais, na indumentária ou outra forma, os fragmentos da cultura dos primeiros formadores da espacialidade amazônica, os povos indígenas, persistem e convivem com o urbano, mesmo que não seja percebido no

**Figura 03 – Foto da área da Ponta Negra, onde se observa os edifícios residenciais de luxo, construídos de frente para o rio Negro**



Fonte: Acervo do autor/2003

**Figura 04 – Foto da área da cidade de Coari-AM que serve como ponto de embarque e desembarque no período de vazante. Observa-se a articulação entre o partir e o chegar de pessoas e mercadorias, o que reflete a importância do rio para a cidade**



Autor: André Moraes/2007

cotidiano sempre mediado pelo tempo acíclico do relógio.

### *Considerações finais*

O entendimento da cidade enquanto processo histórico-espacial na Amazônia não pode prescindir dos momentos em que a sociedade amazônica esteve inserida. Neste sentido, o processo de colonização, o posterior período da borracha e o período atual, ou seja, da Amazônia enquanto parte integrante de um processo de economia global, são importantes mecanismos de compreensão da cidade amazônica, nunca esquecendo as especificidades de cada aglomerado humano, quebrando o pensamento pouco realístico de uma Amazônia homogênea. A paisagem da cidade amazônica guarda os tempos acumulados no espaço. Alguns tempos mais rápidos, outros mais lentos, mas sempre presentes.

Outrossim, o urbano na Amazônia possui a dimensão tanto do local, do pretérito, quanto do global, do que se considera “moderno”, o que o torna “híbrido”, contudo cheio de possibilidades de criar sempre um novo urbano, garantido a este pedaço do país a oportunidade de auto-afirmação.

Algumas correntes do pensamento geográfico interpretam de forma diametralmente oposta as questões referentes ao espaço, lugar e paisagem. Para a geografia crítica, essas categorias geográficas são o resultado do processo histórico e material, formadores do espaço por meio da relação sociedade/natureza. É, portanto, uma abordagem exterior à experiência de cada pessoa com o lugar a paisagem e o espaço. Já a geografia cultural, com influência da fenomenologia, considera as experiências vividas como formadores da percepção do

lugar, paisagem e espaço, sendo, portanto, uma esfera ontológica.

Contudo, considerar essas abordagens de forma isolada, como alguns geógrafos pretendem, seria reduzir sobremaneira a análise das categorias lugar e paisagem e do objeto da geografia: o espaço. A percepção da cidade e do urbano é formada pela experiência cotidiana de cada um, bem como da interação entre as pessoas. Mas o espaço, a paisagem, e o lugar não dependem somente do que se percebe a partir da experiência, do sensorial, da percepção. Eles também possuem uma dimensão exterior, que não depende da percepção de cada um para ter legitimidade, posto que espaço, lugar a paisagem são formados historicamente. O que é produzido hoje é sempre produzido para o amanhã, para quem ainda não existe na esfera biológica ou ontológica.

Dessa forma, estudar e perceber a cidade e o urbano na Amazônia ou num lugar qualquer, necessita considerar múltiplas dimensões do pensamento geográfico e filosófico, sob o risco de se cair em reducionismos que só fragmentam a ciência geográfica. Eis a proposta que se apresenta nestas considerações sobre a cidade e o urbano na Amazônia.

Não tratamos aqui das cidades e do urbano na Amazônia com a profundidade requerida por tal temática. Nem mesmo fizemos uma cronologia dos mesmos, mas tão somente externar a indissociabilidade de ambas as categorias, enquanto realidade presente, seja numa pequena cidade de um canto qualquer da floresta e do rio, ou numa grande cidade dessa região, como Manaus, sempre considerando as especificidades constituídas no espaço e no tempo.

## Notas

\* Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB).  
e-mail: castrolmar@bol.com.br.

<sup>1</sup> Miguel Ângelo Ribeiro. “A Rede Urbana Amazônica – da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa”, p. 369.

<sup>2</sup> Louis & Elisabeth Agassiz. “Viagem ao Brasil – 1865-1866”, p. 108.

<sup>3</sup> O período de intensa exploração da borracha ocorreu entre 1860 e 1920. Contudo, o período máximo só ocorreu entre 1890 e 1920.

<sup>4</sup> Louis & Elisabeth Agassiz. “Viagem ao Brasil – 1865-1866”, p. 174.

<sup>5</sup> José Aldemir de Oliveira. “Cidades na Selva”, p. 197.

<sup>6</sup> Milton Santos. “O Novo Mapa do Mundo: fim de século e globalização”, p. 16

<sup>7</sup> IDEM.

<sup>8</sup> BIDEM.

## Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Louis & AGASSIZ, Elisabeth. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MUNFORD, Lewys. *A cidade na História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus: Valer, 2000.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. A Rede Urbana Amazônica – da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. In: *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001.

SANTOS, Milton. (et. alli). *O Novo Mapa do Mundo: fim de século e globalização*. 3ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.